

Indústrias Romi S.A.

*Demonstrações Financeiras Consolidadas
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2007 e de 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes*

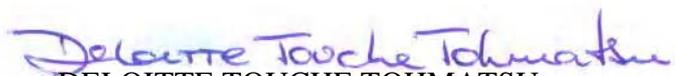
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Indústrias Romi S.A.
Santa Bárbara d'Oeste - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da Indústrias Romi S.A. e Controladas (“Companhia”), levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB e sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, de: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Indústrias Romi S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado consolidado de suas operações, as mutações consolidadas de seu patrimônio líquido e fluxos de caixa consolidado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB.
4. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na Nota 4.2. às demonstrações financeiras consolidadas.

Campinas, 12 de fevereiro de 2008


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8


Walbert Antonio dos Santos
Contador
CRC nº. 1 SP 185597/O-4

INDÚSTRIAS ROMI S.A. E SUAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2007		2006		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2007		2006	
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	5	189.010	71.069	CIRCULANTE							
Aplicações financeiras:				Financiamentos		11	30.854	8.685			
Títulos mantidos para negociação	13	111.512	15.853	Financiamentos - Fimame fabricante		12	192.884	149.240			
Duplicatas a receber	6	64.244	49.162	Fornecedores			25.193	18.151			
Valores a receber - repasse Fimame fabricante	7	223.221	170.908	Salários e encargos sociais		14	35.934	25.880			
Estoques	8	183.044	169.790	Impostos e contribuições a recolher		15	8.013	8.081			
Impostos e contribuições a recuperar	9	11.537	7.032	Adiantamentos de clientes			9.702	4.628			
Outros créditos		3.479	2.047	Dividendos, juros sobre o capital próprio e participações a pagar			6.775	54.171			
Total do circulante		786.047	485.861	Outras contas a pagar			4.640	2.337			
NÃO CIRCULANTE											
Realizável a longo prazo:				NÃO CIRCULANTE							
Duplicatas a receber	6	2.136	-	Financiamentos		11	50.293	23.825			
Valores a receber - repasse Fimame fabricante	7	409.896	259.578	Financiamentos - Fimame fabricante		12	348.710	232.154			
Impostos e contribuições a recuperar	9	5.391	7.105	Provisão para passivos eventuais		16	8.746	5.478			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19b	8.016	6.102	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre deságio		19b	1.404	1.404			
Depósitos judiciais		7.087	1.049	Impostos e contribuições a recolher			1.896	-			
Outros créditos		2.928	3.232	Total do passivo não circulante			411.049	262.861			
Imobilizado, líquido	10a	129.666	117.294	PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Total do ativo não circulante		565.120	394.360	Capital social			505.764	275.791			
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA											
Total do patrimônio líquido											
				Reserva de capital			2.209	2.209			
				Reserva de lucros			(968)	(267)			
				Reserva de conversão para moeda estrangeira			117.247	67.000			
				Patrimônio líquido do controlador			624.252	344.733			
				Total do patrimônio líquido			1.871	1.454			
TOTAL DO ATIVO		<u>1.351.167</u>	<u>880.221</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			<u>1.351.167</u>	<u>880.221</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A. E SUAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Mercado interno		679.099	599.100
Mercado externo		82.057	65.434
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		<u>761.156</u>	<u>664.534</u>
IMPOSTOS SOBRE VENDAS		(129.168)	(115.586)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>631.988</u>	<u>548.948</u>
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(359.875)	(310.410)
LUCRO BRUTO		<u>272.113</u>	<u>238.538</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Vendas		(59.786)	(58.076)
Gerais e administrativas		(45.456)	(44.685)
Pesquisa e desenvolvimento		(26.340)	(21.105)
Participação e honorários da administração		(12.425)	(10.495)
Tributárias		(6.742)	(4.997)
Outras receitas		1.031	481
Total		<u>(149.718)</u>	<u>(138.877)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>122.395</u>	<u>99.661</u>
Receita Financeira		30.508	13.282
Despesa Financeira		(5.048)	(2.572)
Receita de variação cambial		(3.796)	891
Despesa de variação cambial		6.258	(1.460)
		<u>27.922</u>	<u>10.141</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>150.317</u>	<u>109.802</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(25.543)	(24.745)
Corrente	19a	(27.457)	(25.373)
Diferido	19a	1.914	628
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>124.774</u>	<u>85.057</u>
ATRIBUÍDO A:			
Participação dos controladores		124.219	84.782
Participação dos minoritários		555	275
		<u>124.774</u>	<u>85.057</u>
Lucro básico e diluído por ação		<u>1,68</u>	<u>1,36</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A. E SUAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira		Lucros acumulados	Patrimônio líquido do controlador	Participação dos minoritários	Total
				Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva legal				
Atribuído a participação dos controladores											
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		235.791	2.209	75.687	21.591	-	-	-	335.278	1.280	336.558
Aumento do capital social		40.000	-	(40.000)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	84.782	84.782	275	85.057
Dividendos distribuídos		-	-	(48.950)	-	-	-	-	(48.950)	(101)	(49.051)
Ajustes de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	(267)	-	-	(267)	-	(267)
Destinações:											
Reserva legal	17	-	-	-	4.146	-	-	(4.146)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	17	-	-	-	-	-	-	(26.110)	(26.110)	-	(26.110)
Retenção de lucros	17	-	-	54.526	-	-	-	(54.526)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		275.791	2.209	41.263	25.737	(267)	-	-	344.733	1.454	346.187
Aumento líquido do capital social com emissão de ações	17	229.973	-	-	-	-	-	-	229.973	-	229.973
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	124.219	124.219	555	124.774
Ajustes de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	(701)	-	-	(701)	-	(701)
Destinações:											
Reserva legal	17	-	-	-	5.448	-	-	(5.448)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	17	-	-	-	-	-	-	(42.814)	(42.814)	-	(42.814)
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	(31.158)	(31.158)	(138)	(31.296)
Retenção de lucros	17	-	-	44.799	-	-	-	(44.799)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		505.764	2.209	86.062	31.185	(968)	-	-	624.252	1.871	626.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A. E SUAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício		124.774	85.057
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação	10 a)	11.855	9.124
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		480	739
Perda (ganho) na alienação de imobilizado		(103)	1.047
Encargos financeiros sobre duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos		2.850	2.791
Varição cambial sobre duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos		(3.038)	(1.094)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19a	(1.914)	(628)
Provisão para desvalorização do estoque		(1.428)	2.263
Provisão para passivos eventuais, líquida		(2.770)	(65)
Variação nos ativos operacionais:			
Aplicações financeiras de títulos para negociação		(95.659)	(5.463)
Duplicatas a receber		(14.252)	22.525
Valores a receber - repasse Finame fabricante		(202.631)	(203.135)
Estoques		(11.826)	(7.394)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos		(2.791)	(4.031)
Outros valores a realizar		(1.128)	1.200
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		7.275	(2.871)
Salários e encargos sociais		10.054	4.541
Impostos e contribuições a recolher		25.185	20.035
Adiantamentos de clientes		5.074	(7.318)
Outras contas a pagar		2.303	(464)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(147.690)</u>	<u>(83.141)</u>
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(3.293)	(2.161)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(23.357)</u>	<u>(21.806)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(174.340)</u>	<u>(107.108)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado	10 a)	(27.716)	(51.554)
Venda de imobilizado		3.592	203
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(24.124)</u>	<u>(51.351)</u>
Fluxo de caixa de atividades financeiras:			
Juros sobre o capital próprio distribuídos e dividendos distribuídos		(121.506)	(24.602)
Novos empréstimos e financiamentos		56.641	20.393
Aumento de caixa líquido com a emissão de ações		229.973	-
Pagamentos de financiamentos		(8.903)	(15.482)
Novos financiamentos - Finame fabricante		327.342	299.477
Pagamentos de financiamentos - Finame fabricante		<u>(167.142)</u>	<u>(118.066)</u>
Caixa líquido oriundo das atividades financeiras		316.405	161.720
Aumento de disponibilidades e aplicações financeiras		117.941	3.261
Disponibilidades e aplicações financeiras com disponibilidade imediata - no início do período		<u>71.069</u>	<u>67.808</u>
Disponibilidades e aplicações financeiras com disponibilidade imediata - no fim do período		<u>189.010</u>	<u>71.069</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Indústrias Romi S.A. (“Companhia”) tem por objeto a indústria e o comércio de máquinas-ferramenta, de máquinas para trabalhar metais e plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral, de equipamentos para informática e seus periféricos; análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; a exportação e a importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por nove fábricas em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. A Companhia possui, ainda, participação em controladas no Brasil e no exterior, conforme descrito na Nota 3.

Em 23 de março de 2007, a Companhia aderiu aos conceitos de governança corporativa determinados pelo Novo Mercado regulamentado pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - Bovespa.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base da apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e estão de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade sobre Relatórios Financeiros (“IFRS”) nº. 1, que trata da adoção do IFRS pela primeira vez. As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas do IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações do Comitê de Interpretações sobre Normas Internacionais sobre Relatórios Financeiros (“IFRIC”) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2007.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia eram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM até 31 de dezembro de 2006 e estas práticas diferem, em alguma áreas, do IFRS. Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 2007, a Companhia ajustou alguns métodos de contabilização e avaliação, aplicados em BRGAAP, no intuito de cumprir as práticas adotadas no IFRS. Os dados comparativos referentes a 2006 foram refeitos para refletir estes ajustes, à exceção daqueles descritos na isenção das práticas contábeis opcionais e obrigatórias, descrito nas Notas 4.1.2..

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido, ao resultado e ao fluxo de caixa, estão demonstradas na Nota 4.

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão demonstradas na notas 2.17. e 2.18.. As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As informações referentes às controladas incluídas na consolidação e dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial são mensurados usando-se a moeda do país em que a entidade opera (a moeda funcional). A Companhia define a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias analisando qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

c) Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira”.

2.3. Ativos financeiros

Investimentos são reconhecidos e revertidos na data da transação onde a compra ou venda de um investimento está sob um contrato cujos termos requerem entrega do investimento dentro de um cronograma estabelecido pelo mercado ao qual pertence, e são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos transacionais, exceto pelos ativos financeiros avaliados ao valor justo através de lucros ou perdas, os quais são inicialmente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros ou perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Método dos juros efetivos

O método dos juros efetivos é um método de calcular o custo amortizado de um ativo financeiro e alocar receita dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, onde apropriado, por um período menor.

Os ganhos são reconhecidos com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não designados ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas

Ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros ou perdas quando os ativos financeiros são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros ou perdas. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- Ele é adquirido principalmente para o propósito de venda em um futuro próximo;
- Ele é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; ou
- Ele é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Esta designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência que surgida em sua mensuração ou reconhecimento;
- O ativo financeiro compor parte de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou de ambos, o qual é administrado e cuja performance seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre este grupo de ativos seja fornecida nesta base internamente; ou
- Ele formar parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiro ao valor justo através de lucros ou perdas são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em lucros ou perdas. O ganho ou perda líquida reconhecidos em lucros ou perdas incorpora quaisquer dividendos ou juros obtidos sobre o ativo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na nota 13.

Investimentos mantidos até o vencimento

Letras de câmbio e debêntures com pagamentos fixos ou determinados e vencimentos fixos que a Companhia tenha intenção positiva e habilidade para manter até o vencimento são classificadas como investimentos mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos deduzidos de provisão para impairment, e receitas reconhecidas com base na taxa de retorno efetiva.

Instrumentos financeiro disponíveis para venda

Ações não listadas e títulos resgatáveis listadas mantidas pela Companhia que são negociadas em um mercado ativo são classificadas como sendo disponíveis para venda e são mensuradas ao valor justo. O valor justo é determinado da mesma forma como descrito na nota 13. Ganhos e perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na reserva de reavaliação dos investimentos com exceção das perdas com impairment, juros calculados utilizando-se o método dos juros efetivos e ganhos e perdas com variação cambial de ativos monetários, os quais são reconhecidos diretamente em lucros ou perdas. Quando o investimento é vendido ou é determinado como estando deteriorado, o ganho ou perda cumulativos anteriormente reconhecidos na reserva de reavaliação dos investimentos é então incluído nos lucros ou perdas do período.

Dividendos de investimentos em ações classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em lucros ou perdas quando os direitos da Companhia de receber estes dividendos são estabelecidos.

O valor justo dos ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é determinado na moeda estrangeira e traduzido pela taxa de câmbio de fechamento no encerramento do exercício. A mudança no valor justo atribuída às diferenças de tradução que resultem da mudança do custo amortizado do ativo é reconhecida em lucro ou perdas, e outras mudanças são reconhecidas no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Caixa e equivalentes a caixa, contas a receber, empréstimos e outros recebíveis que possuem pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzidos de provisão para impairment. Receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Deterioração dos ativos financeiros (“Impairment”)

Ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo através dos lucros ou perdas, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

Para ações não listadas classificadas como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado no valor justo da ação abaixo de seu custo é considerado como sendo evidência objetiva de impairment.

Para todos os outros ativos financeiros, incluindo notas resgatáveis classificadas como disponíveis para venda e contas a receber de leasing financeiro, uma evidência objetiva de impairment poderia incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou parte envolvida;
- O não cumprimento de compromisso financeiro como pagamento de juros ou principal (“default”); ou
- Quando torna-se provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para certas categorias de ativos financeiros como contas a receber de clientes e valores a receber - repasse Finame Fabricante, a provisão para riscos de crédito é calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Para ativos financeiros registrados pelo custo amortizado, o valor de impairment é a diferença entre o valor registrado do ativo e o valor presente dos fluxos futuros estimados de caixa, descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda com impairment para todos os ativos financeiros exceto pelas contas a receber, cujo valor contábil é reduzido através do uso de uma conta de provisão. Quando uma conta a receber é considerada incobrável, ela é baixada contra a conta de provisão. Recuperações subsequentes dos montantes anteriormente baixados são creditados contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas em lucros ou perdas.

Com exceção de ações classificadas como disponíveis para venda, se em um período subsequente o montante da perda com impairment diminuir e o decréscimo pode ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento do impairment, a perda com impairment anteriormente reconhecida é revertida através de lucros ou perdas limitado ao que teria sido o valor do custo amortizado se o impairment não tivesse sido reconhecido.

Com relação às ações classificadas como disponíveis para venda, perdas com impairment anteriormente reconhecidas através de lucros ou perdas não são revertidas através de lucros ou perdas. Quaisquer aumentos no valor justo subsequentes ao reconhecimento da perda com impairment são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Des-reconhecimento de ativos financeiros

A Companhia des-reconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem; ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que teria que pagar. Se a Companhia retém todos os riscos e retornos sobre a propriedade de um ativo financeiro transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e também reconhece um empréstimo colateralizado pelos recursos recebidos.

2.4. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia

Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade após deduzir todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

Instrumentos compostos

Os componentes de um instrumento composto emitido pela Companhia são classificados separadamente como passivos financeiros e patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual. Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado usando-se a taxa de juros predominante de mercado para um instrumento não conversível similar. Este montante é registrado como um passivo com base no custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos até que seja extinto através de conversão ou no vencimento do instrumento. O componente de patrimônio líquido é determinado pela dedução do montante do componente passivo do valor justo do instrumento composto como um todo. Ele é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos de imposto de renda, e não é re-mensurado subsequentemente.

Passivos de garantias financeiras contratuais

Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados inicialmente pelo valor justo e são mensurados subsequentemente pelo maior entre:

- O montante da obrigação do contrato, de acordo com IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e
- O montante inicialmente reconhecido deduzido, quando aplicável, pela amortização acumulada reconhecida de acordo com a prática contábil para reconhecimento de receita definida.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados pelo valor justo através de lucros e perdas ou como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas

Passivos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros ou perdas quando o passivo financeiro é mantido para negociação ou quando designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- Ele for incorrido principalmente com propósito de recompra em futuro próximo;
- Ele for parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo; ou
- Ele for um derivativo que não esteja designado e como um instrumento de hedge efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que poderia surgir; ou
- O passivo financeiro compor parte de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou de ambos, o qual é administrado e cuja performance seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre este grupo de ativos seja fornecida nesta base internamente; ou
- Ele formar parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em lucros ou perdas. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos em lucros ou perdas incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme nota 13.

Outros passivos financeiros

Ouros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento efetivo. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando aplicável, por um período menor.

A Companhia des-reconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, suas obrigações são perdoadas, canceladas ou vencidas.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos considerando cotações obtidas junto aos participantes do mercado, que consiste no valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos swaps em um curto período de tempo.

2.6. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos o custo estimado para realizar a venda). As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada para o mesmo.

2.7. Imobilizado

São avaliados ao custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados, acrescidos ainda de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das principais novas unidades.

A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

Custos subseqüentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído são baixados. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.6.).

2.8. Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

A administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor justo dos ativos menos custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.9. Investimentos

A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica de “Participação dos minoritários”.

Sempre que necessário são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS aplicadas pela Companhia.

2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as controladas da Companhia operam e geram resultado tributável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos conforme o conceito escrito no IAS 12 método do passivo (“liability method”), sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição diferidas não são reconhecidas se forem geradas no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidas são determinadas considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

2.11. Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria, assistência médica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas nas Notas 14 e 20.

O plano de aposentadoria pós-emprego se caracteriza na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem qualquer obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados, conforme descrito na IAS 19 - Benefícios a Empregados.

2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.13. Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela taxa média ponderada de captação no mercado. Os contratos com empresas no exterior são atualizados por encargos (*Libor* + 1% a.a.) mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

2.14. Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual, apurado de acordo com a legislação societária no Brasil e práticas contábeis adotadas no Brasil, seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15. Reconhecimento de receita de vendas

As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas são reconhecidos quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de vendas.

2.16. Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são considerados como custo de produção, quando se referirem a gastos e rotineiros e usuais, ou capitalizados quando incorridos, quando se referirem a projetos de longo prazo que gerarão retorno em prazo superior a um ano.

2.17. Uso de estimativas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis à data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.18. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, freqüentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Imposto de renda diferido

O método do passivo de contabilização do imposto de renda é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

b) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

2.19. Novos IFRS e interpretações IFRIC

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IFRS e interpretações do IFRIC foram publicados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2008 (os IFRICs) ou em 1 de janeiro de 2009 (os IFRSs), e outros foram aplicados em 2007. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- a) Novos procedimentos e interpretações do IFRS aplicados em 2007:

IFRS7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações (*Financial Instruments: Disclosures*)

Em agosto de 2005, o IASB emitiu o IFRS 7 “Instrumentos Financeiros : Divulgação”, o qual prevê requerimentos adicionais de divulgações em relação à significância de instrumentos financeiros e informações qualitativas e quantitativas em relação à exposição de riscos relacionadas a estes instrumentos.

Este pronunciamento sucede os requerimentos de divulgação definidos tanto no IAS 30 “Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e Instituições Financeiras Similares” e IAS 32 “Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação” e é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2007.

ALTERAÇÕES NO IAS 1 - Presentation of Financial Statements

Em Agosto de 2005, o IASB alterou o IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras - Divulgações de Capital”, a qual requer que uma entidade forneça informações qualitativas e quantitativas adicionais para permitir ao usuário de demonstrações financeiras avaliar seus objetivos, políticas e procedimentos para gerenciamento de capital. A alteração é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2007. A administração adotou os requerimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2007.

IFRIC 7 - Aplicando o método de reapresentação de acordo com o IAS 29 - Demonstrações Financeiras em Economias Hiperinflacionárias (*Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*)

Em Novembro de 2005, o IFRIC emitiu a Interpretação 7 “Aplicando o método de reapresentação sob o IAS 29, Demonstrações Financeiras em Economias Hiperinflacionárias”, para esclarecer que as reapresentações requeridas pelo IAS 29 devem ser feitas retrospectivamente se uma economia torna-se hiperinflacionária durante um período de reporte. A entidade deve aplicar a Interpretação para períodos anuais iniciados em ou após 1º de março de 2006. A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da aplicação desta interpretação.

IFRIC 8 - Escopo do IFRS 2 (Scope of IFRS 2)

Em janeiro de 2006, o IFRIC emitiu sua Interpretação 8, a qual requer que transações envolvendo a emissão de instrumentos de capital, nas quais os valores identificáveis recebidos são menores do que o valor justo do instrumento de capital emitido, sejam analisados para estabelecer se os mesmos estão sujeitos ao escopo do IFRS 2. A entidade deve aplicar essa interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após o 1 de maio de 2006. A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da aplicação desta interpretação.

IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos (Reassessment of embedded derivatives)

Em março de 2006, o IFRIC emitiu a Interpretação 9, a qual requer que a entidade avalie se um derivativo embutido deve ser separado do contrato original e contabilizado como um derivativo assim que a entidade se torna parte de um contrato. A entidade deve aplicar a Interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após o 1 de junho de 2006. A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da aplicação desta interpretação.

IFRIC 10 - Demonstrações Financeiras interinas e deterioração de ativos (Interim Financial Reporting and impairment)

Em julho de 2006, o IFRIC emitiu sua Interpretação 10 para esclarecer sobre reversão de perdas por *impairment* em períodos interinos. A entidade é requerida a avaliar seus ágios para fins de *impairment* em qualquer data de reporte, assim como avaliar os investimentos em ações ou instrumentos de patrimônio e ativos financeiros mantidos a valor de custo para fins de *impairment* a cada data de balanço e, se requerido, reconhecer perdas por *impairment* de acordo com o IAS 36 e IAS 39. Esta Interpretação fornece orientação se tais perdas por *impairment* deveriam ser revertidas em algum momento. Nesta Interpretação foi concluído que a entidade não deve reverter a perda por *impairment* reconhecida em períodos interinos anteriores referentes a ágios ou investimentos em ações ou em ativos financeiros mantidos a custo. A entidade não deve estender este consenso por analogia para outras áreas de potencial conflito entre o IAS 34 e outros pronunciamentos. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após o 1 de novembro de 2006. A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da aplicação desta interpretação.

- b) Novos pronunciamentos e interpretações do IFRS e do IFRIC ainda não adotados pela Companhia:

IAS 23 - Custos de empréstimo (Borrowing costs)

Em março de 2007, o IASB emitiu uma versão revisada do IAS 23, o qual trata da inclusão no ativo dos custos de empréstimos que são atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo. A entidade deve aplicar esta norma para períodos anuais que se iniciem em/ou após o 1 de janeiro de 2009. A Companhia está avaliando os impactos oriundos da aplicação desta norma.

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (Presentation of Financial Statements)

Em setembro de 2007, o IASB alterou novamente o IAS 1, sendo esta alteração efetiva para períodos anuais iniciados em/ou após o 1 de janeiro de 2009. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da alteração desta norma na divulgação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 8 - Segmentos operacionais (Operating segments)

Em novembro de 2006, o IASB emitiu o IFRS 8, que especifica formas de divulgação de informações sobre seus segmentos operacionais nas informações financeiras anuais, e altera o IAS 34 “Informações Financeiras Interinas”, requerendo que uma entidade reporte informações financeiras selecionadas sobre seus segmentos de operação em informações financeiras interinas. Este pronunciamento define segmento operacional como componentes de uma entidade sobre a qual informações financeiras segregadas são disponibilizadas e avaliadas pelo responsável pelo gerenciamento do negócio em suas decisões de como alocar recursos e avaliar sua performance. Este pronunciamento também define requerimentos para divulgações relacionadas a produtos e serviços, áreas geográficas, e principais clientes e é efetivo para períodos anuais iniciados em/ou após o 1 de janeiro de 2009. A Companhia acredita que a adoção do IFRS 8 não terá impactos significativos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 11 - Transações com ações de empresas do grupo em tesouraria (Group and treasury share transactions)

Em novembro de 2006, o IFRIC emitiu sua Interpretação 11, para esclarecer a contabilização de certos pagamentos baseados em ações envolvendo as ações próprias da entidade (ações em tesouraria) e pagamentos e arranjos baseados em ações que envolvam duas ou mais entidades dentro do mesmo grupo de empresas. Esta Interpretação esclarece que pagamento de transações baseadas em ações nas quais a entidade recebe serviços em troca de suas próprias ações devem ser contabilizadas como se fossem liquidadas em ações. Essa orientação se aplica independentemente de (a) se a entidade escolher ou for requerida a comprar estes instrumentos de capital de outra parte para satisfazer suas obrigações para com seus empregados de acordo com o programa de remuneração em ações (b) os direitos dos empregados aos instrumentos de capital da entidade foram concedidos pela entidade ou por seus controladores; ou (c) o pagamento baseado em ações foi liquidado pela entidade ou por seus controladores. Em relação ao pagamento de transações baseadas em ações que envolvem uma ou mais entidades do mesmo grupo, esta Interpretação orienta que no caso de uma empresa controladora conceder direitos a suas próprias ações a empregados de companhias subsidiárias, se o pagamento baseado em ações for contabilizado como se fosse liquidado em ações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da controladora, a subsidiária deve mensurar os serviços recebidos de seus empregados de acordo com os requerimentos aplicáveis aos pagamentos de transações liquidados em ações, com um correspondente aumento reconhecido no patrimônio líquido como contribuição de capital na controladora. No caso de uma subsidiária conceder direitos aos instrumentos de ações de sua controladora a seus empregados, esta Interpretação requer que a subsidiária contabilize esta transação como se fosse liquidada em dinheiro. Esse requerimento aplica-se independentemente de como a subsidiária obtiver os instrumentos de ações para satisfazer a obrigação com seus empregados. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após o 1º de março de 2007. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impacta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 12 - Concessão de serviços públicos (Service concession arrangements)

Em novembro de 2006, o IFRIC emitiu a Interpretação 12, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados. Esta Interpretação define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços e foca nos seguintes assuntos: (a) tratamento dos direitos do operador sobre a infra-estrutura; (b) reconhecimento e mensuração dos valores da concessão; (c) serviços de construção ou melhoramentos; (d) serviços de operação; (e) custos de financiamentos; (f) contabilização subsequente do tratamento de um ativo financeiro e de um ativo intangível; e (g) itens fornecidos pelo operador ao concessor. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após o 1 de janeiro de 2008. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impacta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes (Customer loyalty programmes)

Em julho de 2007, o IFRIC emitiu a Interpretação 13, a qual trata de programas de fidelidade utilizados por entidades para providenciar aos clientes incentivos para a compra de produtos e serviços. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após o 1 de julho de 2008. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impacta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 14 - IAS 19 Limite sobre ativos decorrentes de planos de benefício definidos, requerimentos mínimos de capitalização e sua correlação (The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction)

Em julho de 2007, o IFRIC emitiu a Interpretação 14, a qual trata da mensuração dos ativos de planos de benefícios definidos e a mensuração do valor presente dos benefícios econômicos disponíveis. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após o 1 de janeiro de 2008. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impacta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou tem o poder determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, a saber:

<u>Controlada</u>	<u>% participação</u>	<u>País</u>	<u>Objetivo principal</u>
Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor")	93,0711	Brasil	Empreendimentos e participações em geral.
Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	100%	Estados Unidos da América	Distribuição de máquinas-ferramenta e fundidos e usinados para a América do Norte
Interocean Comercial Importadora e Exportadora S.A. ("Interocean")	100%	Brasil	Trading inativa nos períodos apresentados
Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	100%	Alemanha	Assistência técnica e apoio a revendedores da Europa, Ásia, África e Oceania
Favel S.A. ("Favel")		Uruguai	Representação comercial para a América Latina

Os principais grupos de contas que compõem o Balanço Patrimonial e o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, das controladas operacionais consolidadas, são demonstradas no quadro a seguir. As informações financeiras das controladas Interocean, Romi Europa e Favel não estão sendo abaixo apresentadas, devido a irrelevância dos saldos.

	<u>Rominor</u>		<u>Romi Machine Tools</u>	
	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Ativo				
Circulante	22.895	13.782	18.185	15.316
Não circulante	<u>6.624</u>	<u>9.119</u>	<u>368</u>	<u>124</u>
Total do ativo	<u>29.519</u>	<u>22.901</u>	<u>18.553</u>	<u>15.440</u>
Passivo				
Circulante	2.523	1.920	17.142	13.426
Não circulante	-	-	162	7
Patrimônio Líquido	<u>26.996</u>	<u>20.981</u>	<u>1.249</u>	<u>2.007</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>29.519</u>	<u>22.901</u>	<u>18.553</u>	<u>15.440</u>
	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Receita operacional líquida	8.859	5.837	16.781	19.066
Lucro bruto	8.705	4.986	2.785	3.504
Lucro (prejuízo) operacional	9.452	4.986	(414)	(632)
Resultado antes dos impostos sobre lucro	9.452	4.955	(414)	(885)
Lucro (prejuízo) líquido do período	8.019	3.956	(414)	(914)

Na consolidação, foram eliminados os saldos e transações entre as empresas, através dos seguintes principais procedimentos:

- Eliminação de saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- Quando significativos, eliminados os lucros contidos nos estoques decorrentes de operações entre as Companhias.
- Eliminação dos saldos de investimentos da controladora com os saldos de capital, de reservas e lucros acumulados das Companhias controladas.
- Eliminação de saldos de receitas, custos e despesas, decorrentes de negócios entre as Companhias.
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

4. TRANSIÇÃO PARA O IFRS

4.1. Fundamento da transição para o IFRS

4.1.1. Aplicação do IFRS 1

As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 serão as primeiras apresentadas de acordo como IFRS. Estas demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com o IFRS 1, como descrito na nota 2.1..

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a data de transição de 1º de janeiro de 2006. A data base destas Demonstrações Financeiras Consolidadas é de 31 de dezembro de 2007.

Na preparação das Demonstrações Financeiras da data de transição de acordo com o IFRS 1, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa do IFRS.

4.1.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhida pela Companhia

- a) Isenção para apresentação do valor justo do imobilizado como custo de aquisição: A Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor de mercado, e como consequência reverteu a reavaliação registrada nos anos de 1988 e 1994, e manteve o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, corrigido monetariamente de acordo com o estabelecido no IAS 21 e IAS 29.
- b) Isenção para apresentação dos ajustes acumulados de conversão cambial: A Companhia optou por não remensurar o ajuste acumulado de conversão cambial para períodos anteriores a data de transição, sendo todos os efeitos decorrentes de conversão de demonstrações financeiras de controladas e investidas com moeda funcional diferente da moeda de relatório da Companhia apresentados como lucros acumulados no balanço de abertura. A partir da data de transição do IFRS, a Companhia reconheceu os ajustes de conversão diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido.
- c) Isenção relativa à mensuração dos instrumentos financeiros compostos: A Companhia não possui instrumentos financeiros compostos na data de transição do IFRS.
- d) Isenção relativa ao reconhecimento de participação em controladas: As controladas da Companhia, na data de transição, não apresentam demonstrações financeiras em IFRS; desta forma a Companhia optou por adotar a mesma data de transição para IFRS.
- e) Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros: A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com IAS 32 e IAS 39 na data de transição do IFRS. Não foram realizadas análises retroativas na data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRS. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações de acordo com o IFRS.
- f) Isenção para combinação de negócios: A Companhia optou por não remensurar as aquisições de negócios ocorridas antes da data da transição do IFRS de acordo com o IFRS 3, portanto, os ágios oriundos de aquisições anteriores a esta data foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados em 31/12/2005, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). O deságio apurado anterior a adoção do IFRS foi revertido a contrapartida de rubrica específica do patrimônio líquido.

4.2. Reconciliação entre IFRS e BRGAAP

Descrição das principais diferenças entre IFRS e BRGAAP que afetaram as Demonstrações Financeiras da Companhia:

a) Instrumentos Financeiros: De acordo com o IFRS, todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente por seu valor justo. Normalmente, o valor justo será o valor que foi entregue em contrapartida (no caso de ativos) ou o valor recebido em contrapartida (no caso de passivos). O valor justo de um ativo financeiro deve incluir os custos de transação, a menos que tais ativos sejam valorizados posteriormente a valor justo com contrapartida no resultado. Os ativos financeiros são classificados em uma das quatro categorias abaixo:

- Ativos financeiros a valor justo através de lucros ou perdas: pode ser dividida em duas subcategorias: ativos mantidos para negociação e ativos designados para esta categoria no momento de seu registro inicial. Os ativos mantidos para negociação são aqueles ativos financeiros que foram adquiridos ou gerados com o propósito de serem negociados em curto prazo, ou aqueles ativos que fazem parte de uma classe de ativos que tem estas características. Os ativos designados anteriormente mencionados são aqueles ativos financeiros que a empresa decidiu voluntariamente classificar nesta categoria de valor justo contra resultado, no momento de seu reconhecimento inicial, e somente neste momento, independente de sua natureza ou característica;
- Empréstimos e recebíveis: inclui ativos ou passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não sejam cotados em um mercado considerado ativo;
- Ativos mantidos até o vencimento: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, com data de vencimento, que uma entidade tem a capacidade e a intenção de manter até seu vencimento;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: todos os ativos que não tenham sido classificados nas categorias mencionadas.

A classificação depende da natureza e propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

A valorização dos ativos financeiros depende de sua classificação, como segue:

- Ativos a valor justo contra resultado: contabilizados a seu valor justo com contrapartida em resultados;
- Empréstimos e recebíveis - Finame Fabricante, contas a receber e valores a receber - Finame Fabricante: contabilizados a seu custo amortizado;
- Ativos mantidos até o vencimento: contabilizados a seu custo amortizado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: contabilizados a seu valor justo com contrapartida em patrimônio.

De acordo com o BRGAAP, os instrumentos financeiros, entre eles os títulos e valores mobiliários, são registrados por seus valores de custo, acrescidos dos rendimentos obtidos até a data das demonstrações contábeis, conforme as taxas acordadas com as instituições financeiras, e não superam o valor de mercado. Tal critério difere da valorização por valor justo. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

- b) Imobilizado: De acordo com o IFRS, na aplicação do IFRS 1, a Companhia se utilizou da isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição e portanto reverteu o saldo das reavaliações registradas nos anos de 1988 e 1994, e os respectivos efeitos do imposto de renda diferido passivo a contrapartida do patrimônio líquido na rubrica de “reserva de reavaliação”, as quais, devido a ausência de obrigatoriedade das práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram atualizadas.

De acordo com o BRGAAP, o imobilizado inclui a reavaliação espontânea, que de acordo com a Lei promulgada nº. 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007, a qual produzirá efeito a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008, estabelece a eliminação da reserva de reavaliação, sendo que os saldos existentes deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que a Lei entra em vigor. A Companhia decidiu que, para fins de BRGAAP, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, efetuará o estorno dessa reserva e do respectivo efeito do imposto de renda diferido passivo.

- c) Imposto de renda e contribuição social: de acordo com o IFRS, os efeitos do imposto de renda devem ser refletidos nas Demonstrações Financeiras nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram tais efeitos forem contabilizados. As diferenças entre as bases contábeis (apresentadas nas posições contábeis) e fiscal (montante que será dedutível ou tributável para fins de imposto de renda) dos ativos e passivos são classificados entre temporários e permanentes. O imposto de renda diferido ativo só deve ser inicialmente reconhecido na medida em que for provável que o mesmo será realizado contra ganhos tributáveis a serem gerados no futuro. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem sempre ser classificados como não correntes, e não devem ser descontados (nota 19).

De acordo com o BRGAAP, são reconhecidos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias na medida em que se considera provável sua realização e sempre que sejam atendidas as seguintes condições: (a) apresentar resultado tributável em pelo menos 3 dos últimos 5 anos e, (b) existir expectativa de resultados tributáveis futuros com base em um estudo de viabilidade que permita realizar o imposto diferido ativo em um prazo máximo de 10 anos (ou o prazo menor determinado pela legislação), considerando os resultados futuros pelo seu valor presente. São reconhecidos impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias, exceto quando correspondem a diferenças de valores de ativos não destinados à venda. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser classificados como correntes ou não correntes em função de sua expectativa de realização.

- d) Capital Social e Reservas de capital: de acordo com o IFRS (IAS 29) o Capital Social e as Reservas de Capital foram corrigidos, com base na variação do IGP-M de 1996 e 1997.

- e) Contabilização de dividendos e juros sobre capital próprio: De acordo com o IFRS, os dividendos ou juros sobre o capital próprio propostos ou declarados depois da data do balanço mas antes da autorização para a divulgação das demonstrações financeiras não devem ser reconhecidos como passivos, a menos que se enquadrem na definição de passivo na data do balanço.

De acordo com o BRGAAP, deve ser contabilizado no balanço patrimonial, no encerramento do exercício, um passivo pelos dividendos ou juros sobre o capital próprio propostos pela administração que, posteriormente ao término do exercício, serão submetidos à consideração dos acionistas.

- f) Contabilização de variação cambial sobre investimentos no exterior: De acordo com o IFRS, a variação de taxas de câmbio sobre investimentos mantidos no exterior, bem como sobre o saldo de patrimônio líquido de empresas consolidadas com moeda funcional diferente da moeda funcional da empresa controladora, devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, numa conta específica chamada “Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira”.

De acordo com o BRGAAP, esta variação deve ser reconhecida no resultado do exercício, na linha de equivalência patrimonial, até 31 de dezembro de 2007, já que com o advento da Lei 11.638/07 promulgada em 28 de dezembro de 2007, tal variação cambial também deverá ser reconhecida ao patrimônio líquido.

- g) Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração de Origens e Aplicações de recursos: De acordo com o IFRS, a apresentação da demonstração de fluxo de caixa é requerida para todas as entidades, não existindo no IFRS um conceito equivalente ao da demonstração de origens e aplicações de recursos.

De acordo com o BRGAAP, a demonstração de fluxo de caixa não é obrigatória, sendo apresentada como informação adicional, de forma voluntária, que vêm sendo seguida pela Companhia. A norma brasileira é menos detalhada que o IFRS. Por outro lado, é obrigatória a apresentação da demonstração de origens e aplicações de recursos, mostrando as variações no capital de giro. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

- h) Divulgação de informações por segmento: De acordo com o IFRS, as informações por segmento de negócios são requeridas para as companhias de capital aberto. Um “segmento de negócio” é um componente diferenciado de uma companhia que oferece produtos e serviços específicos ou um grupo de produtos e serviços que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócios. Um “segmento geográfico” é um componente diferenciado de uma companhia que oferece produtos e serviços específicos ou um grupo de produtos e serviços que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos de outros ambientes de mercado. Uma entidade deve divulgar as informações por segmento em dois formatos: segmento primário e segmento secundário. A origem e a natureza dos riscos e retornos de uma companhia devem determinar se o segmento primário será o de “negócios” ou o “geográfico”, considerando a importância destes segmentos com relação ao risco e retorno da companhia. A estrutura organizacional interna e de gestão de uma companhia, assim como seus sistemas de elaboração dos relatórios financeiros devem normalmente constituir as bases para determinar qual será o segmento primário e/ou secundário. Um segmento de negócio ou geográfico deve ser divulgado se a maior parte das receitas registradas provem de vendas a clientes externos e representa pelo menos: 10% do total das receitas, internas e externas, de todos os segmentos; ou 10% da receita combinada de todos os segmentos; ou 10% do total dos ativos de todos os segmentos.

Segmentos adicionais para divulgação devem ser identificados se o total das receitas externas atribuível aos segmentos divulgados constituir menos de 75% do total das receitas consolidadas ou da companhia. As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras da companhia. As divulgações para o segmento primário são mais extensivas do que as para o segmento secundário. Para cada segmento primário, devem ser divulgadas as seguintes informações principais: receitas (externas e entre segmentos); resultado líquido; total de ativos; total de passivos; total de aquisições de ativos permanentes; depreciação a amortização no período; e o total dos gastos que não representaram desembolsos de caixa. No caso do segmento secundário, em geral as informações a serem divulgadas incluem o total das receitas, ativos e aquisições de ativos permanentes, e não incluem o resultado do segmento. Também deve ser divulgada a reconciliação entre as informações divulgadas por segmentos e as informações agregadas incluídas nas demonstrações financeiras.

De acordo com o BRGAAP, não existem normas específicas que regulem a apresentação de informações por segmentos. A divulgação é estimulada pelo regulador do mercado de capitais brasileiro, mas não existe uma norma específica.

- i) Lucro por ação: De acordo com IFRS, as entidades de capital aberto devem divulgar o resultado por ação básico e diluído na posição de resultados.

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo o resultado líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

Uma entidade deve calcular o lucro diluído por ação, considerando o resultado líquido atribuível aos acionistas e à quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

As cifras comparativas devem ser ajustadas para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se estas alterações ocorrerem depois da data do balanço, mas antes da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, os cálculos por ação daquelas ou de quaisquer Demonstrações Financeiras de períodos anteriores devem ser baseados no novo número de ações.

De acordo com o BRGAAP, o resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do exercício pelo número de ações em circulação do capital social no término do exercício. Não existe o conceito de resultado por ação diluído. Não existe a obrigatoriedade de ajustar as cifras de períodos anteriores por desdobramento ou agrupamento de ações ou transações similares.

- j) Gastos com oferta pública de ações: De acordo com o IFRS, os gastos com a oferta pública de ações, que em 2007 somaram a quantia de R\$ 12.963, devem ser classificados como patrimônio líquido.

De acordo com o BRGAAP, os gastos com oferta pública de ações devem ser contabilizados no resultado do exercício.

- k) Deságio gerado na aquisição de empresas: De acordo com IFRS 3, diferentemente do BRGAAP, não existe previsão para manutenção do deságio apurado na aquisição da sua controlada Rominor em 1992, como resultado do valor de aquisição do investimento ser inferior ao seu valor patrimonial, portanto tal montante foi ajustado, líquido dos efeitos tributários, ao patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2006.
- l) Reclassificações: De acordo com o IFRS foram ainda efetuadas as seguintes principais reclassificações às demonstrações financeiras:
- O saldo de títulos descontados e faturamentos antecipados foram reclassificados para a rubrica de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante);
 - O saldo de outros investimentos foi reclassificado para imobilizado;
 - O resultado não operacional foi reclassificado para operacional;
 - No fluxo de caixa, os juros de empréstimos e financiamentos pagos e o imposto de renda e contribuição social pagos, foram transferidos para uma rubrica específica;
 - Os depósitos judiciais foram reclassificados para o ativo não circulante;
 - A participação dos administradores foi reclassificada para rubrica de Participação e honorários da administração.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO LEVANTADO EM 01/01/2006

<u>ATIVO</u>	<u>01/01/06</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u> <u>IFRS</u>	<u>Nota 4.2.</u>	<u>01/01/06</u> <u>IFRS</u>
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6.550	61.258	a	67.808
Aplicações Financeiras - títulos para negociação	71.648	(61.258)	a	10.390
Duplicatas a receber	68.726	5.510	1	74.236
Valores a receber - repasse Finame fabricante	119.228	-		119.228
Estoques	164.659	-		164.659
Impostos a recuperar	5.678	-		5.678
Outras contas a receber	<u>4.195</u>	<u>-</u>		<u>4.195</u>
Total do circulante	440.684	5.510		446.194
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Duplicatas a receber	39	414	1	453
Valores a receber - repasse Finame fabricante	108.123	-		108.123
Impostos e contribuições a recuperar	4.428	-		4.428
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.474	-		5.474
Outros créditos	2.284	-		2.284
Depósitos judiciais	-	701	1	701
Imobilizado, líquido	<u>117.250</u>	<u>(41.136)</u>	b	<u>76.114</u>
Total do ativo não circulante	237.598	(40.021)		197.577
TOTAL DO ATIVO	<u>678.282</u>	<u>(34.511)</u>		<u>643.771</u>

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO LEVANTADO EM 01/01/2006

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>01/01/06</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u> <u>IFRS</u>	<u>Nota 4.2.</u>	<u>01/01/06</u> <u>IFRS</u>
CIRCULANTE				
Financiamentos	18.750	5.510	l	24.260
Financiamentos - Finame fabricante	103.586	-		103.586
Fornecedores	21.120	-		21.120
Adiantamento de clientes	11.946	-		11.946
Salários e encargos sociais	21.339	-		21.339
Impostos e contribuições a recolher	9.852	-		9.852
Dividendos, juros sobre o capital próprio e participações a pagar	3.612	-		3.612
Outras contas a pagar	<u>2.801</u>	<u>-</u>		<u>2.801</u>
Total do circulante	193.006	5.510		198.516
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos	11.362	414	l	11.776
Financiamentos - Finame Fabricante	90.322	-		90.322
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	9.013	(9.013)	b	-
Provisão para passivos eventuais	4.494	701	l	5.195
Imposto de renda diferido	-	1.404		1.404
Deságio em controladas	<u>4.199</u>	<u>(4.199)</u>	k	<u>-</u>
Total do passivo não circulante	119.390	(10.693)		108.697
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	220.000	15.791	d	235.791
Reserva de capital	2.052	157	d	2.209
Reserva de reavaliação	31.999	(31.999)	b	-
Reserva de lucros	<u>110.547</u>	<u>13.269</u>	b,d,k	<u>97.278</u>
Patrimônio líquido do controlador	364.598	(29.320)		335.278
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA				
	1.288	(8)	b	1.280
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>365.886</u>	<u>(29.328)</u>		<u>336.558</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>678.282</u>	<u>(34.511)</u>		<u>643.771</u>

RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO BRGAAP X IFRS EM 01/01/2006

Patrimônio líquido em BRGAAP (excluindo minoritários)		364.598
Ajustes em IFRS:	Nota 4.2.	
Reversão da reserva de reavaliação - Companhia	b	(31.999)
Reversão da reserva de reavaliação da controlada Rominor	b	(116)
Reversão do deságio da controlada Rominor	k	4.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reversão do deságio da controlada Rominor	k	(1.404)
Patrimônio Líquido em IFRS (excluindo minoritários)		<u>335.278</u>

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO LEVANTADO EM 31/12/2006

<u>ATIVO</u>	<u>2006</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u> <u>IFRS</u>	<u>Nota 4.2.</u>	<u>2006</u> <u>IFRS</u>
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	7.461	63.608	a	71.069
Aplicações Financeiras - títulos para negociação	79.461	(63.608)	a	15.853
Duplicatas a receber	46.265	2.897	l	49.162
Valores a receber - repasse Finame fabricante	170.908	-		170.908
Estoques	169.790	-		169.790
Impostos a recuperar	7.032	-		7.032
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.033	(1.033)	c	-
Outras contas a receber	<u>2.047</u>	<u>-</u>		<u>2.047</u>
Total do circulante	483.997	1.864		485.861
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Valores a receber - repasse Finame fabricante	259.578	-		259.578
Impostos e contribuições a recuperar	7.105	-		7.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.069	1.033	c	6.102
Depósitos judiciais	-	1.049	l	1.049
Outros créditos	3.223	9		3.232
Investimento em controladas, deságio e ágio	9	(9)		-
Imobilizado, líquido	<u>156.015</u>	<u>(38.721)</u>	b	<u>117.294</u>
Total do ativo não circulante	430.999	(36.639)		394.360
TOTAL DO ATIVO	<u>914.996</u>	<u>(34.775)</u>		<u>880.221</u>

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO LEVANTADO EM 31/12/2006

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>2006</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u> <u>IFRS</u>	<u>Nota 4.2.</u>	<u>2006</u> <u>IFRS</u>
CIRCULANTE				
Financiamentos	5.788	2.897	l	8.685
Financiamentos - Finame fabricante	149.240	-		149.240
Fornecedores	18.151	-		18.151
Salários e encargos sociais	25.880	-		25.880
Impostos e contribuições a recolher	8.884	(803)	b	8.081
Adiantamento de clientes	4.628	-		4.628
Dividendos, juros sobre o capital próprio e participações a pagar	85.329	(31.158)	e	54.171
Outras contas a pagar	<u>2.337</u>	<u>-</u>		<u>2.337</u>
Total do circulante	300.237	(29.064)		271.173
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos	23.825	-		23.825
Financiamentos - Finame Fabricante	232.154	-		232.154
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	7.389	(7.389)	b	-
Provisão para passivos eventuais	4.429	1.049	l	5.478
Imposto de renda diferido	-	1.404	k	1.404
Deságio em controladas	<u>4.199</u>	<u>(4.199)</u>	k	<u>-</u>
Total do passivo não circulante	271.996	(9.135)		262.861
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	260.000	15.791	d	275.791
Reserva de capital	2.052	157	d	2.209
Reserva de reavaliação	30.405	(30.405)	b	-
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	-	(267)	f	(267)
Reserva de lucros	<u>48.844</u>	<u>18.156</u>	b,d,e,f, k	<u>67.000</u>
Patrimônio líquido do controlador	341.301	3.432		344.733
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	1.462	(8)	b	1.454
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>342.763</u>	<u>3.424</u>		<u>346.187</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>914.996</u>	<u>(34.775)</u>		<u>880.221</u>

RECONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2006

	<u>2006</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u> <u>IFRS</u>	<u>Nota 4.2.</u>	<u>2006</u> <u>IFRS</u>
Mercado interno	599.100	-		599.100
Mercado externo	<u>65.434</u>	-		<u>65.434</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	664.534	-		664.534
IMPOSTOS SOBRE VENDAS	(115.586)	-		(115.586)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>548.948</u>	<u>-</u>		<u>548.948</u>
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(312.401)	1.991	b	(310.410)
LUCRO BRUTO	<u>236.547</u>	<u>1.991</u>		<u>238.538</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas	(58.076)	-		(58.076)
Gerais e administrativas	(45.058)	373	b	(44.685)
Pesquisa e desenvolvimento	(21.105)	-		(21.105)
Participação e honorários da administração	(7.395)	(3.100)	1	(10.495)
Tributárias	(4.997)	-		(4.997)
Outras receitas	<u>-</u>	<u>481</u>	1	<u>481</u>
	(136.631)	(2.246)		(138.877)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>99.916</u>	<u>(255)</u>		<u>99.661</u>
Receita Financeira	13.282	-		13.282
Despesa Financeira	(2.572)	-		(2.572)
Receita de variação cambial	891	-		891
Despesa de variação cambial	<u>(1.460)</u>	<u>-</u>		<u>(1.460)</u>
	10.141	-		10.141
LUCRO OPERACIONAL	<u>110.057</u>	<u>(255)</u>		<u>109.802</u>
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS LÍQUIDAS	163	(163)	b,l,f	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>110.220</u>	<u>(418)</u>		<u>109.802</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(23.924)</u>	<u>(821)</u>		<u>(24.745)</u>
Corrente	(24.552)	(821)	b	(25.373)
Diferido	628	-		628
Participação dos administradores	(3.100)	3.100	1	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>83.196</u>	<u>1.861</u>		<u>85.057</u>
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos controladores	82.921	1.861		84.782
Participação dos minoritários	<u>275</u>	<u>-</u>		<u>275</u>
	<u>83.196</u>	<u>1.861</u>		<u>85.057</u>

RECONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2006

	<u>2006</u>			<u>2006</u>
	BRGAAP	Ajustes		IFRS
	<u>Societário</u>	<u>IFRS</u>	<u>Nota 4.2.</u>	<u>Societário</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	83.196	1.861	b,f	85.057
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciação	11.488	(2.364)	b	9.124
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	739	-		739
Perda (ganho) na alienação de imobilizado	1.098	(51)	b	1.047
Encargos financeiros duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos	630	2.161	l	2.791
Varição cambial sobre duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos	(827)	(267)	f	(1.094)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(628)	-		(628)
Imposto de renda e contribuição social sobre realização da reserva de reavaliação	(821)	821	b	-
Provisão para desvalorização do estoque	2.263	-		2.263
Provisão para passivos eventuais, líquida	(65)	-		(65)
Variação nos ativos operacionais:				
Aplicações financeiras de títulos para negociação	-	(5.463)	a	(5.463)
Duplicatas a receber	25.422	(2.897)	l	22.525
Valores a receber - repasse Finame fabricante	(203.135)	-		(203.135)
Estoques	(7.394)	-		(7.394)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos	(4.031)	-		(4.031)
Outros valores a realizar	1.209	(9)		1.200
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(2.871)	-		(2.871)
Salários e encargos sociais	4.541	-		4.541
Impostos e contribuições a recolher	(1.771)	21.806	l	20.035
Adiantamentos de clientes	(7.318)	-		(7.318)
Outras contas a pagar	(464)	-		(464)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(98.739)	15.598		(83.141)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos				
	-	(2.161)	l	(2.161)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(21.806)	l	(21.806)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(98.739)	(8.369)		(107.108)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado	(51.554)	-		(51.554)
Venda de imobilizado	203	-		203
Ágio na aquisição de ações da Rominor	(9)	9		-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(51.360)	9		(51.351)
Fluxo de caixa de atividades financeiras:				
Juros sobre o capital próprio distribuídos e dividendos distribuídos	(24.602)	-		(24.602)
Novos empréstimos e financiamentos	17.496	2.897	l	20.393
Pagamentos de financiamentos	(15.482)	-		(15.482)
Novos financiamentos - Finame fabricante	299.477	-		299.477
Pagamentos de financiamentos - Finame fabricante	(118.066)	-		(118.066)
Caixa líquido oriundo das atividades financeiras	<u>158.823</u>	<u>2.897</u>		<u>161.720</u>
Aumento de disponibilidades e aplicações financeiras				
	8.724	(5.463)		3.261
Disponibilidades e aplicações financeiras com disponibilidade imediata - no início do período				
	78.198	(10.390)	a	67.808
Disponibilidades e aplicações financeiras com disponibilidade imediata - no fim do período				
	<u>86.922</u>	<u>(15.853)</u>		<u>71.069</u>

RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2006

Patrimônio líquido em BRGAAP (excluindo minoritários)		341.301
Ajustes em IFRS:	Nota 4.2.	-
Reversão da reserva de reavaliação - Companhia	b	(30.405)
Reversão da reserva de reavaliação da controlada Rominor	b	(116)
Reversão dos juros sobre capital próprio não contemplados por ata	e	31.158
Reversão do deságio da controlada Rominor	k	4.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reversão do deságio da controlada Rominor	k	<u>(1.404)</u>
Patrimônio Líquido em IFRS (excluindo minoritários)		<u>344.733</u>

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2006

Lucro líquido em BRGAAP		83.196
Ajuste em IFRS:	Nota 4.2.	-
Transferência para o patrimônio líquido da variação cambial sobre investimentos no exterior	f	267
Reversão da realização da reserva de reavaliação	b	<u>1.594</u>
Lucro líquido em IFRS		<u>85.057</u>

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO LEVANTADO EM 31/12/2007

<u>ATIVO</u>	<u>2007</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u> <u>IFRS</u>	<u>Nota 4.2.</u>	<u>2007</u> <u>IFRS</u>
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	16.174	172.836	a	189.010
Aplicações financeiras - títulos mantidos para negociação	284.348	(172.836)	a	111.512
Duplicatas a receber	62.888	1.356	l	64.244
Valores a receber - repasse Finame fabricante	223.221	-		223.221
Estoques	183.044	-		183.044
Impostos e contribuições a recuperar	11.537	-		11.537
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.149	(2.149)	c	-
Outros créditos	<u>3.479</u>	<u>-</u>		<u>3.479</u>
Total do circulante	786.840	(793)		786.047
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Duplicatas a receber	1.149	987	l	2.136
Valores a receber - repasse Finame fabricante	409.896	-		409.896
Impostos e contribuições a recuperar	5.391	-		5.391
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.867	2.149	c	8.016
Depósitos judiciais	-	7.087	l	7.087
Outros créditos	2.928	-		2.928
Outros investimentos	8.389	(8.389)	l	-
Imobilizado, líquido	<u>157.590</u>	<u>(27.924)</u>	b	<u>129.666</u>
Total do ativo não circulante	591.210	(26.090)		565.120
TOTAL DO ATIVO	<u>1.378.050</u>	<u>(26.883)</u>		<u>1.351.167</u>

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO LEVANTADO EM 31/12/2007

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>2007</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u> <u>IFRS</u>	<u>Nota 4.2.</u>	<u>2007</u> <u>IFRS</u>
CIRCULANTE				
Financiamentos	29.498	1.356	l	30.854
Financiamentos - Finame fabricante	192.884	-		192.884
Fornecedores	25.193	-		25.193
Salários e encargos sociais	35.934	-		35.934
Impostos e contribuições a recolher	8.816	(803)	b	8.013
Adiantamentos de clientes	9.702	-		9.702
Dividendos, juros sobre o capital próprio e participações a pagar	6.775	-		6.775
Outras contas a pagar	<u>4.640</u>	<u>-</u>		<u>4.640</u>
Total do circulante	313.442	553		313.995
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos	49.306	987	l	50.293
Financiamentos - Finame fabricante	348.710	-		348.710
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	6.570	(6.570)	b	-
Provisão para passivos eventuais	1.659	7.087	l	8.746
Impostos e contribuições a recolher	1.896	-		1.896
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.404	k	1.404
Deságio em controladas	<u>4.199</u>	<u>(4.199)</u>	k	<u>-</u>
Total do passivo não circulante	412.340	(1.291)		411.049
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	502.936	2.828	d	505.764
Reserva de capital	2.052	157	d	2.209
Reserva de reavaliação	28.816	(28.816)	b	-
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	-	(968)	f	(968)
Reserva de lucros	<u>116.585</u>	<u>662</u>	b,d,k,f	<u>117.247</u>
Patrimônio líquido do controlador	650.389	(26.137)		624.252
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	1.879	(8)	b	1.871
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>652.268</u>	<u>(26.145)</u>		<u>626.123</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.378.050</u>	<u>(26.883)</u>		<u>1.351.167</u>

RECONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2007

	<u>2007</u> <u>Societário</u>	<u>Ajustes</u> <u>IFRS</u>	<u>Nota 4.2.</u>	<u>2007</u> <u>IFRS</u>
Mercado interno	679.099	-		679.099
Mercado externo	<u>82.057</u>	<u>-</u>		<u>82.057</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	761.156	-		761.156
IMPOSTOS SOBRE VENDAS	(129.168)	-		(129.168)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>631.988</u>	<u>-</u>		<u>631.988</u>
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(361.947)	2.072	b	(359.875)
LUCRO BRUTO	<u>270.041</u>	<u>2.072</u>		<u>272.113</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas	(59.786)	-		(59.786)
Gerais e administrativas	(45.792)	336	b	(45.456)
Pesquisa e desenvolvimento	(26.340)	-		(26.340)
Participação e honorários da administração	(8.025)	(4.400)	l	(12.425)
Tributárias	(6.742)	-		(6.742)
Outras receitas	<u>-</u>	<u>1.031</u>	l	<u>1.031</u>
	(146.685)	(3.033)		(149.718)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS DESPESAS COM A OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES	123.356	(961)		122.395
Despesa com a oferta pública de ações	(12.963)	12.963	j	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>110.393</u>	<u>12.002</u>		<u>122.395</u>
Receita Financeira	30.508	-		30.508
Despesa Financeira	(5.048)	-		(5.048)
Receita de variação cambial	(3.796)	-		(3.796)
Despesa de variação cambial	<u>6.258</u>	<u>-</u>		<u>6.258</u>
	27.922	-		27.922
LUCRO OPERACIONAL	138.315	12.002		150.317
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	330	(330)	f,l	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>138.645</u>	<u>11.672</u>		<u>150.317</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(24.724)</u>	<u>(819)</u>		<u>(25.543)</u>
Corrente	(26.638)	(819)	b	(27.457)
Diferido	1.914	-		1.914
Participação dos administradores	(4.400)	4.400	l	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>109.521</u>	<u>15.253</u>		<u>124.774</u>
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos controladores	108.966	15.253		124.219
Participação dos minoritários	<u>555</u>	<u>-</u>		<u>555</u>
	<u>109.521</u>	<u>15.253</u>		<u>124.774</u>

RECONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2007

	<u>2007</u>			<u>2007</u>
	<u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Nota 4.2.</u>	<u>IFRS</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	109.521	15.253	b,f,j,l	124.774
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciação	14.263	(2.408)	b	11.855
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	480	-		480
Perda (ganho) na alienação de imobilizado	(103)	-		(103)
Encargos financeiros sobre duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos	(443)	3.293	l	2.850
Varição cambial sobre duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos	(2.337)	(701)	l	(3.038)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.914)	-		(1.914)
Imposto de renda e contribuição social sobre realização da reserva de reavaliação	(819)	819	b	-
Provisão para desvalorização do estoque	(1.428)	-		(1.428)
Provisão para passivos eventuais, líquida	(2.770)	-		(2.770)
Varição nos ativos operacionais:		-		-
Aplicações financeiras resgatáveis após 90 dias	(9.467)	9.467	a	-
Aplicações financeiras de títulos para negociação	-	(95.659)	a	(95.659)
Duplicatas a receber	(16.595)	2.343	l	(14.252)
Valores a receber - repasse Finame fabricante	(202.631)	-		(202.631)
Estoques	(11.826)	-		(11.826)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos	(2.791)	-		(2.791)
Outros valores a realizar	(1.137)	9		(1.128)
Varição nos passivos operacionais:				
Fornecedores	7.275	-		7.275
Salários e encargos sociais	10.054	-		10.054
Impostos e contribuições a recolher	1.828	23.357	l	25.185
Adiantamentos de clientes	5.074	-		5.074
Outras contas a pagar	2.303	-		2.303
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(103.463)	(44.227)		(147.690)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	(3.293)	l	(3.293)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(23.357)	l	(23.357)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(103.463)	(70.877)		(174.340)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado	(27.716)	-		(27.716)
Venda de imobilizado	3.592	-		3.592
Investimentos em controladas	-	-		-
Ágio na aquisição de ações da Rominor	9	(9)		-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(24.115)	(9)		(24.124)
Fluxo de caixa de atividades financeiras:				
Juros sobre o capital próprio distribuídos e dividendos distribuídos	(121.506)	-		(121.506)
Novos empréstimos e financiamentos	58.984	(2.343)	l	56.641
Aumento de caixa com a emissão de ações	242.936	(12.963)	j	229.973
Pagamentos de financiamentos	(8.903)	-		(8.903)
Novos financiamentos - Finame fabricante	327.342	-		327.342
Pagamentos de financiamentos - Finame fabricante	(167.142)	-		(167.142)
Caixa líquido oriundo das atividades financeiras	331.711	(15.306)		316.405
Aumento de disponibilidades e aplicações financeiras	204.133	(86.192)		117.941
Disponibilidades e aplicações financeiras com disponibilidade imediata - no início do período	86.922	(15.853)	a	71.069
Disponibilidades e aplicações financeiras com disponibilidade imediata - no fim do período	291.055	(102.045)		189.010

RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2007

Patrimônio líquido em BRGAAP (excluindo minoritários)	650.389
Ajustes em IFRS:	Nota 4.2. -
Reversão da reserva de reavaliação - Companhia	b (28.816)
Reversão da reserva de reavaliação da controlada Rominor	b (116)
Reversão do deságio da controlada Rominor	k 4.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reversão do deságio da controlada Rominor	k (1.404)
Patrimônio Líquido em IFRS (excluindo minoritários)	<u>624.252</u>

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2007

Lucro líquido em BRGAAP		109.521
Ajuste em IFRS:	Nota 4.2.	-
Transferência para o patrimônio líquido da variação cambial sobre investimentos no exterior	f	701
Reversão da realização da reserva de reavaliação	b	1.589
Transferência para patrimônio líquido das despesas com oferta pública de ações	j	<u>12.963</u>
Lucro líquido em IFRS		<u>124.774</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado.

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Caixa e Bancos	16.174	7.461
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>172.836</u>	<u>63.608</u>
	<u>189.010</u>	<u>71.069</u>

6. DUPLICATAS A RECEBER

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Circulante:		
Clientes no país	44.182	33.615
Clientes no exterior	21.681	16.944
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.619)</u>	<u>(1.397)</u>
	<u>64.244</u>	<u>49.162</u>
Não circulante:		
Clientes no país	889	-
Clientes no exterior	<u>1.247</u>	-
	<u>2.136</u>	-

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor, líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa, das contas a receber mencionadas acima.

O risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A Companhia possui R\$ 2.017 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 6.127 em 31 de dezembro de 2006) em operações de Vendor com seus clientes. Nessas operações a Companhia figura como solidária responsável. Caso haja inadimplência por parte do cliente, a Companhia arca com o pagamento à instituição financeira, mediante sub-rogação da garantia do bem alienado ao agente financiador.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no país em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, está distribuído conforme segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Valores a vencer	35.004	28.190
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	5.667	3.498
De 31 a 60 dias	1.765	1.107
De 61 a 90 dias	33	11
De 91 a 180 dias	712	86
De 181 a 360 dias	545	398
Mais de 360 dias	<u>456</u>	<u>325</u>
Total vencido	9.178	5.425
Total de contas a receber de clientes	<u>44.182</u>	<u>33.615</u>

O saldo de duplicatas a receber de clientes no exterior em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, está distribuído conforme segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Valores a vencer	16.012	12.031
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.742	3.825
De 31 a 60 dias	900	512
De 61 a 90 dias	619	256
De 91 a 180 dias	381	320
De 181 a 360 dias	<u>27</u>	<u>-</u>
Total vencido	5.669	4.913
Total de contas a receber de clientes	<u>21.681</u>	<u>16.944</u>

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2006	1.082
Créditos provisionados no período	371
Créditos baixados definitivamente da posição	<u>(56)</u>
Saldo em 31/12/2006	1.397
Créditos provisionados no período	347
Créditos baixados definitivamente da posição	<u>(125)</u>
Saldo em 31/12/2007	<u>1.619</u>

7. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
<u>Circulante</u>		
Finame a vencer	200.726	158.650
Finame aguardando liberação (a)	10.551	3.954
Finame em atraso (b)	<u>11.944</u>	<u>8.304</u>
	223.221	170.908
<u>Não circulante</u>		
Finame aguardando liberação (a)	63.304	29.454
Finame a vencer	<u>346.592</u>	<u>230.124</u>
	409.896	259.578
 Total	 <u>633.117</u>	 <u>430.486</u>

Os valores a receber - repasse Finame fabricante, são provenientes das vendas efetuadas a clientes que serão financiadas com recursos obtidos pela Companhia originários do repasse da Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame Fabricante (vide Nota 12).

Finame fabricante refere-se a financiamentos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4% e 5,8% ao ano acrescidos da TJLP (taxa de juros de longo prazo), sendo que tais condições de financiamento são estabelecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), com base nas características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES, mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº. 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos do financiamento são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato. A Companhia possui reserva de domínio dos equipamentos objeto do financiamento.

Os valores a receber - repasse Finame fabricante, são representados por:

- a) Finame aguardando liberação: Refere-se a operações de Finame fabricante que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos recursos respectivos em conta-corrente da Companhia pelo banco agente encontrava-se pendente nas datas das demonstrações financeiras, em função dos prazos normais operacionais do banco agente.
- b) Finame em atraso: Refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento, considerando as datas das demonstrações financeiras. A Companhia não registrou provisão para eventual perda na realização desse saldo em função de possuir reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real) e, portanto, acredita que em uma eventual execução dessa garantia real, o montante seria suficiente para cobrir o total devido pelo cliente.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, os valores a receber - repasse Finame fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.846	2.451
De 31 a 60 dias	1.248	1.081
De 61 a 90 dias	1.092	901
De 91 a 180 dias	1.940	1.857
De 181 a 360 dias	2.624	1.268
Mais de 360 dias	<u>2.194</u>	<u>746</u>
Total vencido	<u>11.944</u>	<u>8.304</u>
A vencer:		
2007	-	162.604
2008	<u>211.277</u>	<u>-</u>
Total circulante	223.221	170.908
A vencer:		
2008	-	117.303
2009	191.434	88.881
2010	151.163	52.936
2011	62.666	458
Após 2011	<u>4.633</u>	<u>-</u>
Total não circulante	409.896	259.578
Total	<u>633.117</u>	<u>430.486</u>

8. ESTOQUES

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Produtos acabados	55.014	59.924
Produtos em elaboração	71.404	66.487
Matéria-prima e componentes	65.273	51.504
Importações em andamento	1.606	3.556
Provisão para realização dos estoques	<u>(10.253)</u>	<u>(11.681)</u>
	<u>183.044</u>	<u>169.790</u>

O valor da provisão para realização dos estoques refere-se a materiais e componentes de baixa movimentação com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização.

A movimentação da provisão para obsolescência e ajuste ao valor justo está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2006	9.418
Estoques baixados permanentemente	(5.790)
Constituição da provisão	<u>8.053</u>
Saldo em 31/12/2006	11.681
Estoques baixados permanentemente	(8.308)
Constituição da provisão	<u>6.880</u>
Saldo em 31/12/2007	<u>10.253</u>

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Circulante:		
IRRF sobre as aplicações financeiras	2.354	856
IPI, PIS e COFINS a recuperar	3.915	3.335
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	3.019	1.660
PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.172	1.103
Outros	<u>77</u>	<u>78</u>
Total	<u>11.537</u>	<u>7.032</u>
Não circulante:		
PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.675	3.311
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	<u>2.716</u>	<u>3.794</u>
Controladora e consolidado	<u>5.391</u>	<u>7.105</u>

Os impostos e contribuições a recuperar decorrem das operações mercantis e financeiras realizadas pela Companhia e controladas e são realizáveis no curso normal das operações.

Expectativa de realização dos créditos de longo prazo está apresentada como segue:

	<u>2007</u>
2009	3.180
2010	1.872
2011	<u>339</u>
	<u>5.391</u>

10. IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado consolidado:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2006	15.678	31.457	109.258	6.264	1.689	9.738	3.760	273	178.117
Adições	8.419	339	12.418	240	121	1.745	23.165	5.107	51.554
Alienações	(98)	(165)	(1.175)	(32)	(39)	(223)	(3)	-	(1.735)
Transferências	-	2.756	1.476	22	-	-	(4.254)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2006	23.999	34.387	121.977	6.494	1.771	11.260	22.668	5.380	227.936
Adições	3.205	1.776	19.903	415	313	1.187	6.002	(5.085)	27.716
Alienações	(2.347)	(388)	(1.674)	(160)	(132)	(539)	(46)	-	(5.286)
Transferências	-	23.258	2.636	1.012	30	36	(26.972)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	24.857	59.033	142.842	7.761	1.982	11.944	1.652	295	250.366
Depreciação Acumulada:									
Saldo em 01 de janeiro de 2006	-	21.868	67.015	4.479	1.221	7.420	-	-	102.003
Depreciação	-	966	6.684	284	163	1.027	-	-	9.124
Alienação	-	(94)	(155)	(30)	(19)	(187)	-	-	(485)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	-	22.740	73.544	4.733	1.365	8.260	-	-	110.642
Depreciação	-	1.623	8.596	376	181	1.079	-	-	11.855
Alienação	-	(29)	(954)	(158)	(131)	(525)	-	-	(1.797)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	-	24.334	81.186	4.951	1.415	8.814	-	-	120.700
Imobilizado líquido:									
Saldo em 01 de janeiro de 2006	15.678	9.589	42.243	1.785	468	2.318	3.760	273	76.114
Saldo em 31 de dezembro de 2006	23.999	11.647	48.433	1.761	406	3.000	22.668	5.380	117.294
Saldo em 31 de dezembro de 2007	24.857	34.699	61.656	2.810	567	3.130	1.652	295	129.666

Em função de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, aproximadamente R\$ 15.974 de bens do ativo imobilizado encontram-se gravados em garantia. Estes itens são representados, em sua totalidade, por máquinas e equipamentos.

A Companhia capitalizou encargos financeiros da ordem de R\$ 215 no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apropriados nas contas de obra andamento.

b) Taxas de depreciação

A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, usando as taxas de depreciação demonstradas a seguir:

	<u>Taxa de depreciação %</u>
Edificações	4
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Tecnologia da informação	20
Veículos	20
Pátios e caminhos	10

11. FINANCIAMENTOS

	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização	Encargos Financeiros 2007	Garantias
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006				
Capital de giro - moeda estrangeira								
Financiamentos de importação - US\$	14.906	-	-	-	04/06/2008	Annual	Juros de 0,25% a 0,80% ao ano + LIBOR + variação cambial	Nota Promissória/Aval
Financiamentos de exportação - US\$	4.859	-	13.285	-	09/02/2010	Semestral	0,80% ao ano + LIBOR + variação cambial	Nota Promissória/Aval
Capital de giro - moeda nacional	3.648	1.712	-	3.417	21/08/2008	Mensal a partir de 21/09/2007	Juros de 2,5% ao ano + TJLP, pagos mensalmente juntos da amortização do principal	Aval da Rominor no montante de R\$ 3.232
Imobilizado - Moeda nacional	1.557	54	27.672	10.006	15/09/2014	Mensal a partir de 15/06/2008	Juros de 2% ao ano + TJLP, pagos trimestralmente até Maio/2008 e mensal a partir dessa data.	Alienação Fiduciária de Máquinas no montante contábil de R\$ 15.974, e hipoteca de imóveis.
FINAME diversos	4.489	4.011	8.187	10.393	16/07/2012	Mensal	Juros de 2% a 4% ao ano + TJLP, pagos mensalmente juntos da amortização do principal	Alienação Fiduciária de Máquina financiada. Contrato de prenda do cliente
Saques refinanciados Romi Machine Tools, Ltd. - capital de giro - US\$	1.356	2.897	987	-	01/11/2010	Mensal	Libor + 1% spread	
Total	<u>39</u> <u>30.854</u>	<u>11</u> <u>8.685</u>	<u>162</u> <u>50.293</u>	<u>9</u> <u>23.825</u>	30/06/2012	Semestral	Juros de 6,31% a 6,39% ao ano + variação cambial	Nota Promissória/Aval

A Companhia ofereceu com garantia na contratação de financiamentos em 31 de dezembro de 2006 máquinas e equipamentos no valor contábil de R\$ 15.974 mil (vide nota 10).

Os vencimentos dos financiamentos registrados no não circulante em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 são os seguintes:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
2008	-	9.651
2009	18.979	5.216
2010	12.638	3.532
2011	6.488	5.426
2012	5.523	-
Após 2012 e até 2014	<u>6.665</u>	<u>-</u>
Total	<u>50.293</u>	<u>23.825</u>

12. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Circulante:		
Finame fabricante	192.884	149.240
Não circulante:		
Finame fabricante	348.710	232.154

Os contratos de financiamento Finame fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor. Os saldos dos Financiamentos - Finame fabricante são diretamente relacionados com os saldos de Valores a receber - repasse Finame fabricante (vide Nota 7), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e aos prazos financiados no programa são integralmente repassados aos clientes financiados, sendo que os recebimentos mensais oriundos da rubrica de Valores a receber - repasse Finame fabricante são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamentos vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora deste financiamento.

Os financiamentos Finame fabricante obtidos e repassados aos clientes tem prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4% e 5,8% ao ano, acrescidos da TJLP (taxa de juros de longo prazo), sendo que tais condições de financiamento são estabelecidas pelo BNDES, com base nas características do cliente. Os saldos de Financiamentos - Finame fabricante e conseqüentemente os saldos de Valores a receber - repasse Finame fabricante (vide Nota 7) em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença no montante de R\$ 91.523 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 49.092 em 2006) entre o saldo de Valores a receber - repasse Finame fabricante e o saldo de financiamentos - Finame fabricante refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações de Finame ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas.

O vencimentos do Finame fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, são como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
2008	-	114.601
2009	177.367	77.029
2010	128.419	40.524
2011	41.773	-
2012	<u>1.151</u>	<u>-</u>
Total	<u>348.710</u>	<u>232.154</u>

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Políticas contábeis significativas: A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição aos mesmos. Detalhes das políticas contábeis significativas, inclusive, critérios de reconhecimento e mensuração relativos a cada categoria de ativo e passivo financeiro são divulgados na nota 2.

b) Categorias de instrumentos financeiros

<u>Ativos financeiros</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Mantidos para negociação:		
Aplicações Financeiras	111.512	15.853
Emprestimos e recebíveis (inclusive caixa e equivalentes a caixa):		
Caixa e equivalentes de caixa	189.010	71.069
Duplicatas a receber	64.244	49.162
Valores a receber - repasse Finame fabricante	223.221	170.908
 <u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos financeiros:		
Financiamentos	30.854	8.685
Financiamentos - Finame fabricante	192.884	149.240

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a *Libor* e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além do contas a receber originado por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia e suas controladas avaliam a exposição cambial.

Risco de crédito: advém da possibilidade das controladas da Companhia não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as controladas da Companhia adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de finame fabricante é exigida garantia real dos clientes.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam aplicações em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito. Ademais, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado e por quotas do fundo de investimento exclusivo, constituído sob a forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração e que tem neutralidade tributária, resultando em benefícios para seu quotista.

Risco relacionado às operações de Finame fabricante: Os passivos relacionados às operações de Finame fabricante possuem como lastro os saldos de Valores a receber - repasse finame fabricante. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*.

Análise sensitiva de variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis):

As flutuações do câmbio podem afetar positivamente ou adversamente decorrente do aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria dólar americano.

Em 31 de dezembro de 2007, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Estimamos que uma valorização ou desvalorização de 10% na taxa de câmbio da moeda estrangeira em relação à moeda local teria ocasionado uma despesa ou uma receita de R\$ 1,4 milhão, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2006, levando em consideração a mesma premissa, uma valorização ou desvalorização de 10% na taxa de câmbio da moeda estrangeira em relação à moeda local teria ocasionado uma receita ou uma despesa de R\$ 1,4 milhão, respectivamente.

Análise sensitiva de variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*):

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Em 31 de dezembro de 2007, estimando um aumento ou redução de 10% nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido a receitas financeiras em R\$ 1,8 milhão, respectivamente (R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2006, respectivamente). Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e financiamentos em aberto.

Devemos ressaltar que o Finame fabricante, por se tratar de financiamentos especificamente vinculados a operações de vendas (Valores a receber - Finame fabricante) que são devidos a nós, mas que pelas regras do Finame fabricante, nós devemos repassar integralmente as taxas de juros aos nossos clientes, entendemos que não existe impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Salários a pagar	3.295	2.396
Provisão para férias e encargos	11.325	9.561
Encargos sociais	6.102	4.325
Provisão para Participação nos resultados (Lei 10.101/2000)	<u>15.212</u>	<u>9.598</u>
Total	<u>35.934</u>	<u>25.880</u>

A participação nos resultados de empregados foi registrada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, nas rubricas custo dos produtos e serviços prestados, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, em função do centro de custo de referência de cada empregado.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
COFINS	3.221	1.891
PIS	700	416
ICMS	2.814	2.912
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	1.208	2.784
Outros impostos e contribuições	<u>70</u>	<u>78</u>
Total	<u>8.013</u>	<u>8.081</u>

16. PROVISÃO PARA PASSIVOS EVENTUAIS

A Administração da Companhia e controladas, juntamente com seus assessores jurídicos, classificaram os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Classificação dos processos			<u>Provisão registrada</u>	
	<u>valores em 31 de dezembro de 2007</u>			<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
	<u>Remotas</u>	<u>Possíveis</u>	<u>Prováveis</u>		
Fiscais	7.299	3.334	7.683	7.683	4.612
Cíveis	1.837	409	168	168	290
Trabalhistas	<u>2.000</u>	<u>642</u>	<u>895</u>	<u>895</u>	<u>576</u>
Total	<u>11.136</u>	<u>4.385</u>	<u>8.746</u>	<u>8.746</u>	<u>5.478</u>

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis pelos assessores jurídicos, a Administração registrou provisão para passivos eventuais, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2007 é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2006</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações/ Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2007</u>
Fiscais	4.612	6.136	(3.099)	34	7.683
Cíveis	290	-	(129)	7	168
Trabalhistas	<u>576</u>	<u>563</u>	<u>(330)</u>	<u>86</u>	<u>895</u>
	<u>5.478</u>	<u>6.699</u>	<u>(3.558)</u>	<u>127</u>	<u>8.746</u>

As controladas não possuem processos em andamento e não existem riscos contingenciais a considerar nas mesmas, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2007, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda, e que, portanto, tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Processos fiscais

Correspondem a provisão para PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R\$ 1.280 (R\$ 186 em 31 de dezembro de 2006) e R\$ 5.897 (R\$ 855 em 31 de dezembro de 2006) respectivamente, e INSS sobre serviços prestados por cooperativas no montante de R\$ 506 (R\$ 506 em em 31 de dezembro de 2006). A Companhia está depositando judicialmente o PIS e Cofins sobre o ICMS de vendas. Em 31 de dezembro de 2006, havia também a provisão para COFINS sobre o alargamento de base de cálculo sobre receitas financeiras e outras receitas no montante de R\$ 3.065, provisão baixada em 2007 em função de decisão favorável à empresa.

b) Processos cíveis

Referem-se a pedidos judiciais de revisões contratuais.

c) Processos trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: a) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; b) multa de 40% do FGTS anterior às aposentadorias; c) multa de 40% do FGTS sobre os valores dos expurgos dos planos Verão e Collor; e d) indenizações por acidentes de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

As causas classificadas como de risco possível, de natureza cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos acima descritos. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Companhia, durante o exercício, captou recursos no mercado de capitais, através de oferta pública de ações, cujo custo de captação, representado por comissões pagas as Instituições Financeiras, honorários de advogados, auditores externos, publicações e outras despesas relacionadas, montou em R\$ 12.963, o qual foi contabilizado no patrimônio líquido. Os principais eventos ocorridos e relacionados com a oferta pública de ações foram os seguintes:

- Conversão de Ações - Conforme ata da Assembléia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2007, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 10 (dez) ações preferenciais para 9 (nove) ações ordinárias, mediante a prévia aprovação de acionistas representando mais da metade das ações preferenciais, reunidos em assembléia especial realizada nesta mesma data, em conformidade com o artigo 136, § 1º, da Lei nº. 6.404/76. Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser representado por 62.361.828 ações ordinárias, sem valor nominal, todas com os mesmos direitos e vantagens;
- Aumento de Capital por Oferta Pública - Conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, de 11 de abril de 2007 e de 25 de abril de 2007, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, nos montantes de R\$ 180.000 e R\$ 62.936, totalizando R\$ 242.936 (R\$ 229.973 líquido dos gastos de emissão), passando o capital social de R\$ 275.791 para R\$ 505.764, mediante a emissão para subscrição pública de 16.195.719 novas ações ordinárias, as quais foram integralizadas em 17 de abril de 2007 e 25 de abril de 2007, respectivamente, no valor de R\$ 15,00 por ação. Como decorrência desses aumentos de capital, em 31 de dezembro de 2007, o capital social da Companhia está representado por 78.557.547 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Dividendos: O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembléia Geral Ordinária, é conforme segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido do exercício	124.219	84.782
(-) Constituição de reserva legal	<u>(5.448)</u>	<u>(4.146)</u>
Lucro passível de distribuição	118.771	80.636
Dividendos distribuídos	(31.158)	-
Juros sobre o capital próprio	<u>(42.814)</u>	<u>(26.110)</u>
Constituição de reserva de lucros	<u>44.799</u>	<u>54.526</u>
Dividendos distribuídos	31.158	-
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	<u>37.623</u>	<u>23.902</u>
	<u>68.781</u>	<u>23.902</u>
% do Resultado distribuído	58%	30%

A Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório.

Reserva de capital

Constitui-se em reservas de incentivo fiscal relacionadas a projetos de desenvolvimento.

Juros sobre capital próprio

A Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 42.814 (R\$ 26.110 em 2006) com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 5.191 (R\$ 2.208 em 2006). Os juros compõem os dividendos de cada um dos exercícios apresentados.

Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, cinco por cento do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a vinte por cento do capital social. Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia registrou R\$ 5.448 (R\$ 4.146 em 2006).

Reserva de lucros

O montante de lucros retidos no exercício, adicionados a reserva de lucros, será utilizado para suprir a necessidade de capital de giro e possibilitar investimentos destinados ao aumento e modernização da capacidade produtiva, introdução de novos produtos e investimentos em controladas, conforme plano de investimentos aprovado pelos órgãos da Administração a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária.

Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito acumulado da conversão cambial das Demonstrações Financeiras de suas subsidiárias que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda de reporte. Tais efeitos passaram a ser reconhecidos após a data de implementação do IFRS.

Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

18. LUCRO POR AÇÕES (EPS)

a) Movimentação do número de ações

Ações emitidas	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Ações em 31/12/2005	3.452.589	3.092.882	6.545.471
Ações em 31/12/2006	3.452.589	3.092.882	6.545.471
Desdobramento de 1 ação para 10 ações em 23/03/2007	34.525.890	30.928.820	65.454.710
Conversão de 10 ações preferenciais em 9 ações ordinárias em 23/03/2007	27.835.938	(30.928.820)	(3.092.882)
Emissão de ações por oferta pública	<u>16.195.719</u>	<u>-</u>	<u>16.195.719</u>
Ações em 31/12/2007	<u>78.557.547</u>	<u>-</u>	<u>78.557.547</u>

Para fins de determinação do lucro por ações definido abaixo, o desdobramento e conversão de ações preferenciais e ordinárias ocorridas em 23 de março de 2007, foram ajustadas como se tivessem sido realizadas em 01 de janeiro de 2006.

b) Lucro por ações

Conforme requerido pelo IAS n°. 33, *Earnings per Share*, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido do exercício	124.219	84.782
Média ponderada das ações emitidas (em milhares)	73.765	62.362
Lucro básico e diluído por ação	1,6840	1,3595

19. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora aplicando-se as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2007 e de 2006.

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	150.317	109.802
Alíquota vigente (impostos e contribuição social)	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	<u>51.108</u>	<u>37.333</u>
Reconciliação para a taxa efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	(14.557)	(8.877)
Outras adições (exclusões), líquidas	<u>(9.094)</u>	<u>(3.083)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	27.457	25.373
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>(1.914)</u>	<u>(628)</u>
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	<u>25.543</u>	<u>24.745</u>
Provisão do imposto de renda e da contribuição social	25.543	24.745
Alíquota efetiva da despesa de imposto de renda e contribuição social	17%	22%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

	<u>31/12/2007</u>				<u>31/12/2006</u>	
	<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Imposto renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>	<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Impostos creditados</u>
Ativo						
Ajustes a valor de mercado ou outros:						
Estoques - provisão para realização	10.253	2.553	923	3.476	11.681	3.957
Reintegração de máquinas	766	191	69	260	633	214
Investimentos	451	112	40	152	429	146
Ajustes a valor presente: clientes e fornecedores	649	162	58	220	562	190
Provisão para passivos eventuais	4.419	1.101	398	1.499	977	331
Comissões condicionadas	666	166	60	226	439	148
Tributos suspensos	7.178	1.787	-	1.787	3.193	837
Participação dos administradores	<u>4.400</u>	<u>-</u>	<u>396</u>	<u>396</u>	<u>3.100</u>	<u>279</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>28.782</u>	<u>6.072</u>	<u>1.944</u>	<u>8.016</u>	<u>21.014</u>	<u>6.102</u>
Passivo						
Baixa do deságio na aquisição de controlada	<u>4.199</u>	<u>1.026</u>	<u>378</u>	<u>1.404</u>	<u>4.199</u>	<u>1.404</u>

- i) O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes à performance da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda, alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não só do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.
- ii) O imposto de renda e contribuição social passivo refere-se a baixa do deságio gerado na aquisição de controlada como parte da aplicação do IFRS. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será diferido até o momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento.

Em 31 de dezembro de 2007, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante é demonstrada a seguir:

	2007			2006		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
2007	-	-	-	554	479	1.033
2008	1.288	861	2.149	1.990	478	2.468
2009	2.849	384	3.233	871	315	1.186
2010	1.008	364	1.372	945	342	1.287
2011	908	328	1.236	94	34	128
2012	<u>19</u>	<u>7</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>6.072</u>	<u>1.944</u>	<u>8.016</u>	<u>4.454</u>	<u>1.648</u>	<u>6.102</u>

c) Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferido

	Saldo em 01/01/2006	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2006
Estoques- provisão para realização	3.202	755	3.957
Reintegração de máquinas	79	135	214
Investimentos	83	63	146
Ajustes a valor presente: clientes e fornecedores	-	190	190
Provisão para passivos eventuais	388	(57)	331
Comissões condicionadas	650	(502)	148
Tributos suspensos	1.072	(235)	837
Participação dos administradores	<u>-</u>	<u>279</u>	<u>279</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>5.474</u>	<u>628</u>	<u>6.102</u>

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2006</u>	<u>Reconhecido</u> <u>no resultado</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2007</u>
Estoques- provisão para realização	3.957	(481)	3.476
Reintegração de máquinas	214	46	260
Investimentos	146	6	152
Ajustes a valor presente: clientes e fornecedores	190	30	220
Provisão para passivos eventuais	331	1.168	1.499
Comissões condicionadas	148	78	226
Tributos suspensos	837	950	1.787
Participação dos administradores	<u>279</u>	<u>117</u>	<u>396</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>6.102</u>	<u>1.914</u>	<u>8.016</u>

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de Outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, nas modalidades de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Fundo Gerador de Benefícios (FGB), ambos da modalidade de contribuição definida.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis.

O montante de contribuições despendido pela Companhia em 2007 foi de R\$ 3.166 (R\$ 3.111 em 2006).

21. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques. É política da Companhia e controladas manter cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos, em montantes julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. Em 31 de dezembro de 2007, a cobertura de seguros está assim demonstrada:

<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Valor da</u> <u>cobertura</u>
Incêndio, vendaval e danos elétricos:		
Edificações	01/01 a 31/12/08	23.100
Máquinas e equipamentos	01/01 a 31/12/08	53.332
Estoques	01/01 a 31/12/08	35.402

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

De forma a gerenciar o seu negócio, a Companhia está organizada em três unidades de negócios. Estas unidades são a base a qual a Companhia reporta as suas informações primárias por segmento de acordo com o “IAS 14 - Apresentação de Informações por Segmentos”. Os principais segmentos são: máquinas-ferramenta, máquinas injetoras de plástico e fundidos e usinados. As informações por segmento destas unidades estão apresentadas abaixo:

	31/12/2007				
	Máquinas				
	Máquinas - Ferramenta	Injetoras de Plástico	Fundidos e Usinados	Eliminações entre segmentos e outros	Consolidado
Receita operacional bruta	496.292	125.835	139.029	-	761.156
Impostos sobre vendas	(79.502)	(21.631)	(28.035)	-	(129.168)
Receita operacional líquida	416.790	104.204	110.994	-	631.988
Custos dos produtos vendidos	(224.998)	(43.141)	(91.736)	-	(359.875)
Transferências remetidas	22.793	-	30.645	(53.438)	-
Transferências recebidas	(22.284)	(19.482)	(11.672)	53.438	-
Lucro bruto	192.301	41.581	38.231	-	272.113
Receitas (Despesas) operacionais:					
Vendas	(41.600)	(12.104)	(6.082)	-	(59.786)
Gerais e administrativas	(31.329)	(6.834)	(7.293)	-	(45.456)
Pesquisa e desenvolvimento	(21.525)	(4.815)	-	-	(26.340)
Participação e honorários da administração	(9.174)	(1.513)	(1.738)	-	(12.425)
Tributárias	(5.037)	(825)	(880)	-	(6.742)
Outras receitas	<u>1.031</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.031</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>84.667</u>	<u>15.490</u>	<u>22.238</u>	<u>-</u>	<u>122.395</u>
Receita Financeira	-	-	-	-	30.508
Despesa Financeira	-	-	-	-	(5.048)
Receita de variação cambial	-	-	-	-	(3.796)
Despesa de variação cambial	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.258</u>
Total do resultado financeiro	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.922</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	150.317
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.543)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>124.774</u>
Atribuído a:					
Participação dos controladores	-	-	-	-	124.219
Participação dos minoritários	-	-	-	-	555
Estoques	151.235	18.052	13.757	-	183.044
Depreciação	8.028	420	3.407	-	11.855
Imobilizado, líquido	94.561	1.842	33.263	-	129.666

31/12/2006

	Máquinas - Ferramenta	Máquinas Injetoras de Plástico	Fundidos e Usinados	Eliminações entre segmentos e outros	Consolidado
Receita operacional bruta	442.950	108.214	113.370	-	664.534
Impostos sobre vendas	(73.484)	(19.844)	(22.258)	-	(115.586)
Receita operacional líquida	369.466	88.370	91.112	-	548.948
Custos dos produtos vendidos	(185.347)	(46.809)	(78.254)	-	(310.410)
Transferências remetidas	12.684	-	27.433	(40.117)	-
Transferências recebidas	(20.213)	(11.349)	(8.555)	40.117	-
Lucro bruto	176.590	30.212	31.736	-	238.538
Receitas (Despesas) operacionais:					
Vendas	(42.098)	(11.472)	(4.506)	-	(58.076)
Gerais e administrativas	(33.017)	(5.607)	(6.061)	-	(44.685)
Pesquisa e desenvolvimento	(16.569)	(4.536)	-	-	(21.105)
Participação e honorários da administração	(7.495)	(1.467)	(1.533)	-	(10.495)
Tributárias	(3.506)	(815)	(676)	-	(4.997)
Outras receitas	481	-	-	-	481
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>74.386</u>	<u>6.315</u>	<u>18.960</u>	<u>-</u>	<u>99.661</u>
Receita Financeira	-	-	-	-	13.282
Despesa Financeira	-	-	-	-	(2.572)
Receita de variação cambial	-	-	-	-	891
Despesa de variação cambial	-	-	-	-	(1.460)
Total do resultado financeiro	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.141</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	109.802
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(24.745)
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>85.057</u>
Atribuído a:					
Participação dos controladores	-	-	-	-	84.782
Participação minoritária	-	-	-	-	275
Estoques	136.901	19.603	13.286	-	169.790
Depreciação	5.618	443	3.063	-	9.124
Imobilizado, líquido	83.395	1.871	32.028	-	117.294

As vendas para clientes externos, baseadas na localização geográfica desses clientes, para cada segmento geográfico não é superior a 10% das vendas totais da Companhia. Adicionalmente os respectivos ativos por localização geográfica estão substancialmente localizados no país.

23. COMPROMISSOS FUTUROS

Em 1º de maio de 2007, a Companhia firmou contrato de fornecimento de energia elétrica com a concessionária de serviço público de energia elétrica, Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao Grupo Endesa, para o período de 1º de janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2012, no regime de consumidor livre, sendo o contrato reajustado anualmente pelo índice IGP-M e distribuídos nos seguintes períodos:

<u>Ano de fornecimento</u>	<u>Valor</u>
2008	7.484
2009	8.268
2010	9.010
2011	9.858
2012	<u>10.309</u>
Total	<u>44.929</u>

A administração da companhia estima que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

24. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração de Resultado Consolidado por natureza.

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depreciação e amortização	11.855	9.124
Despesas com pessoal	167.975	160.252
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	255.728	231.317
Fretes	10.787	9.047
Outras despesas	<u>64.279</u>	<u>40.028</u>
Total	<u>510.624</u>	<u>449.768</u>
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos	359.875	310.410
Despesas comerciais	59.786	58.076
Despesas gerais e administrativas	45.456	44.685
Pesquisa e desenvolvimento	26.340	21.105
Participação e honorários da administração	12.425	10.495
Tributárias	<u>6.742</u>	<u>4.997</u>
Total	<u>510.624</u>	<u>449.768</u>

25. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em 25 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu, por R\$ 5.531, a totalidade das quotas representativas do capital social da J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda. (“JAC”). O processo de aquisição gerou um ágio, não relevante, no qual a Companhia está avaliando a melhor alocação.

A JAC é uma tradicional fabricante de máquinas sopradoras de plástico, com sede e operações na cidade de Americana, no Estado de São Paulo e sua aquisição está em linha com a estratégia da Companhia, de expansão da sua gama de produtos e de suas atividades de fabricação e venda de máquinas para processamento de plástico, até então concentradas no segmento de injeção.

A transação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de janeiro de 2008, sendo dispensada a aprovação da Assembléia Geral, nos termos do Artigo 256, da Lei nº. 6.404/76.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de fevereiro de 2008.